

**HABEAS CORPUS Nº 502.189 - SP (2019/0093889-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : JOSE ALBINO NETO  
**ADVOGADO** : JOSÉ ALBINO NETO - SP275310  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCIO MATIAS DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial impetrado em benefício de MÁRCIO MATIAS DE OLIVEIRA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no Agravo de Execução n. 9004758-83.2018.8.26.0050.

Depreende-se dos autos que o e. Juízo da Execução Penal indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto, em razão da ausência de requisito subjetivo.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo eg. Tribunal de origem, conforme v. acórdão de fls. 160-164.

No presente **writ** o impetrante alega, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal, uma vez que a decisão impugnada não apresentou fundamentação idônea para indeferir a progressão de regime, "*uma vez que tais fundamentos eram totalmente genéricos, baseando-se na gravidade abstrata dos crimes, no quantum de pena a cumprir e em parecer inapto e imprestável que não traz sequer um elemento concreto a amparar sua conclusão.*" (fl. 4).

Requer, ao final, a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida progressão de regime ao paciente.

É o relatório inicial.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no

sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que o v. acórdão fundamentou a negativa à progressão de regime no resultado do exame criminológico que "*foi desfavorável à concessão do benefício.*" (fl. 162).

A análise dos autos, portanto, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, e ao Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator